

15-02-2016

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 18 de janeiro de 2015.
2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 1 de fevereiro de 2015.

II

EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

- 1.1 – Ação Social Escolar – Atribuição de subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições (11.º aditamento).

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 1.1 - Atribuição de Subsídio ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino.
- 1.2 – Projeto do Regulamento Municipal do Cemitério de Sobral de Monte Agraço – Cemitério de S. Salvador do Mundo.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

- 2.1 - Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 10 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 04

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Realizada no dia 15 de fevereiro de 2016

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2016, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Sérgio Paulo de Campos Bogalho, Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Ana Patrícia Duarte Vitorino. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 10 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número 29 de sexta-feira, cujo total de disponibilidades é de € 749.982,43 sendo € 599.687,19 de operações orçamentais e € 150.295,24 de operações não orçamentais. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. **Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 18 de janeiro de 2016** _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. _____

2. **Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 01 de fevereiro de 2016** _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. _____

II

EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1. **AÇÃO SOCIAL ESCOLAR** _____

1.1 – **Ação Social Escolar – Atribuição de subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições (11.º aditamento)** _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Ação Social Escolar – Atribuição de subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições (11.º aditamento) _____

Considerando que: _____



- a) A Educação e a Ação Social constituem, indubitavelmente, atribuições dos Municípios, de acordo com o disposto no artigo 23.º, número 2, alíneas d) e h), da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- b) Nos termos da alínea hh), número 1, do artigo 33.º do diploma citado, compete à Câmara Municipal, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à atribuição de auxílios económicos a estudantes; _____
- c) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou em 03/08/2015, os subsídios a atribuir no âmbito da ação social escolar, sendo que, em momento posterior foi apresentada mais uma candidatura, referente a um aluno do 1.º ciclo do ensino básico, conforme informação 038/2016/EDU; _____
- d) Após ter sido analisado o processo de candidatura ao apoio escolar para aquisição de livros e material escolar, propõe-se na informação melhor identificada a atribuição de **um subsídio para aquisição de livros e material escolar** no valor de 50,50€, bem como a atribuição do subsídio para refeições a um aluno do 1.º Ciclo do ensino básico, posicionado no escalão A, conforme informação 038/2016/EDU; _____
- e) Na informação supra identificada a Chefe de Divisão da DECAS, em 10 de fevereiro de 2016, emitiu o seguinte parecer: "Concordo. À Ex.ma Senhora Vereadora, propondo-se o envio à próxima reunião de Câmara", na mesma data, despachou a Sra. Vereadora, do seguinte modo: "À próxima reunião de Câmara". _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou conceder apoio escolar **para aquisição de livros e material escolar** no valor de 50,50€, bem como a atribuição do subsídio para refeições a um aluno do 1.º ciclo do ensino básico posicionado no escalão A, conforme informação 038/2016/EDU, anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Sobral de Monte Agraço, 10 de fevereiro de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, conceder apoio escolar **para aquisição de livros e material escolar** no valor de 50,50€, bem como a atribuição do subsídio para refeições a um aluno do 1.º ciclo do ensino básico posicionado no escalão A, conforme informação 038/2016/EDU, anexa à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA _____

1.1 – Atribuição de subsídio ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

"Proposta" _____

Atribuição de Subsídio ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino _____

Considerando que: _____

- a) O Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino informou, em 29 de janeiro de 2016, com data de entrada nos serviços em 10 de fevereiro de 2016, que nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2016, a Vila de Sobral de Monte Agraço vai receber o Dia de Núcleo, uma atividade que junta cerca de 1200 escuteiros, oriundo dos 13 agrupamentos do Núcleo Solarius. _____
- b) A entidade referida na alínea a) da presente proposta, desenvolve, indiscutivelmente, atividades de manifesto interesse e relevância de âmbito sociocultural; _____
- c) O Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal por deliberações datadas, respetivamente de 18/05/2009 e 26/06/2009 e publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 13 de Agosto de 2009, estabelece as condições para atribuição de subsídios pelo Município; _____
- d) Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- e) Na comunicação melhor identificada na alínea a) da presente proposta, despachou, em 10/02/2016, o Sr. Vice-Presidente do seguinte modo: "À próxima reunião de Câmara, com a proposta de atribuição de um subsídio de 500,00€". _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere atribuir ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino o subsídio de € 500,00, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

2 - A atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

Sobral de Monte Agraço, 10 de fevereiro de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

O Sr. Presidente disse ter reunido com os dirigentes do Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino, tendo, na ocasião, sido solicitada a colaboração do Município na atividade que se realizará no Concelho, no próximo dia 21 de fevereiro, mas que terá início no dia anterior (dia 20), com a chegada dos escuteiros mais velhos (Pioneiros e

14

Caminheiros). Esta atividade acolherá todo o Núcleo Solarius para as comemorações do Dia de BP - Baden-Powell fundador do escutismo -, prevendo-se a participação de cerca de 1200 escuteiros e respetivos dirigentes, que irão realizar as atividades específicas de cada secção, desenrolando-se estas por todo o Concelho, bem como os pais que, certamente, se deslocarão e acompanharão os filhos neste grande evento escutista. Disse que esta é uma iniciativa muito interessante, quer do ponto de vista da componente social e económica, quer como divulgação turística do nosso Concelho, pois serão certamente dois dias com muitos visitantes no Concelho. _____

O Sr. Vice – Presidente, corroborando as palavras do Sr. Presidente, destacou a importância de um evento desta natureza e o impacto para o Sobral de uma iniciativa com tão elevado número de participantes. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, atribuir ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino o subsídio de € 500,00, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Mais deliberou, que a atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

1.2 – Projeto do Regulamento Municipal do Cemitério de Sobral de Monte Agraço – Cemitério de S. Salvador do Mundo _____

O assunto foi retirado da Ordem do Dia. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO _____

2.1 - Outros assuntos do interesse do Município _____

A Sra. Vereadora Patrícia Vitorino disse que pretendia deixar registada a sua satisfação pela realização do desfile de Carnaval, no passado dia 5 de fevereiro, iniciativa organizada pelo Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Agradeceu a todos quantos tornaram este dia possível, designadamente, a toda a comunidade escolar - professores, educadores, auxiliares, alunos, pais e encarregados de educação -, bem como à Associação Popular, à Santa Casa da Misericórdia e aos serviços da Autarquia. _____

Na sequência das palavras da Sra. Vereadora Patrícia Vitorino, o Sr. Presidente disse que este foi um dia em que a animação e o divertimento foram “reis” para todos quantos participaram no desfile, tendo também referido que houve uma grande mobilização por parte da população em torno deste evento. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, solicitando a palavra, começou por se referir a uma intervenção efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, intervenção essa que, no seu entender, deu a conhecer muito pouco do que seria a proposta da Lei de Orçamento de Estado para 2016. Uma vez que já é conhecido este documento (Proposta LOE para 2016), perguntou se o Sr. Presidente já tinha tido



oportunidade de se inteirar das novidades e se as afirmações efetuadas em sede do órgão deliberativo se mantêm. Continuando a sua intervenção e abordando a questão das responsabilidades autárquicas da Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço, no que diz respeito à comparticipação das despesas do SNS na situação da baixa médica da trabalhadora da Freguesia, perguntou se o novo Orçamento de Estado traz novidades nesta matéria. _____

O Sr. Presidente, em resposta às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, começou por dizer que, em termos de Orçamento de Estado, como é óbvio, há sempre oscilações entre as diversas versões de trabalho e a proposta final, sendo que a sua intervenção na Assembleia Municipal pretendeu dar a conhecer uma das versões da LOE que, no documento final não está totalmente coincidente. No entanto, da intervenção do Sr. Vereador, parece resultar que o que se pretende saber é qual a posição do Presidente da Câmara Municipal face às propostas do atual Governo. Assim, disse que a sua postura continuará a ser a mesma, ou seja, continuará a mostrar-se insatisfeito com o Poder Central sempre que aquilo em que acredita e defende saia melindrado com as medidas que venham a ser aprovadas, tendo salientado que ficará insatisfeito, por exemplo, se se verificarem cortes orçamentais ou medidas que impossibilitem o Município de fazer mais pela sua população. Deu conhecimento que, após a realização da sessão da Assembleia Municipal, teve oportunidade de falar com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais – Dr. Carlos Miguel -, que lhe disse que a versão final do documento espelharia algumas soluções diferentes das que foram apresentadas. No que concerne à ADSE, referiu que a concretizar-se a proposta da LOE para 2016 agora conhecida, as novas diretivas de comparticipação terão outra modalidade que se traduz, aparentemente, numa situação mais positiva para as Autarquias Locais, designadamente para as pequenas Freguesias. No que diz respeito, em concreto, à situação da Junta de Freguesia de Sobral, disse que nunca esteve em causa a comparticipação devida ao SNS relativamente às despesas médicas do seu trabalhador, no entanto, esta questão não deixa de ser preocupante, pois dado o orçamento de que aquela Autarquia dispõe, torna-se muito difícil fazer face a toda as despesas tendo em conta o valor em causa e as verbas que compõe as receitas da Freguesia. Por fim, disse que a Lei de Orçamento de Estado voltaria a ser aqui discutida aquando da publicação da versão final em Diário da República. _____

3. PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **185 a 313**, num valor total de **€ 277.743,79**. _____

IV

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Handwritten signature and initials.

Estavam presentes o Sr. Mário Garcia e a Sra. Dona Isabel Murta Branco, residentes na localidade de Chãos. Assim, começou por intervir o Sr. Mário Garcia que, no âmbito da falta de saneamento na referida localidade, disse não concordar com os limites impostos quanto ao serviço de limpeza de fossa. Neste sentido e tendo em conta que, no ano de 2015, pagou 160 m³ de água questionou o Sr. Presidente sobre a quantidade (m³) a que tem direito no âmbito do serviço de limpeza de fossa, afirmando que no seu entender deveria ser equivalente. _____

O Sr. Presidente informou que está regulamentado “... até um limite máximo de 3 vezes por ano, com capacidade anual de 30m³”. Disse que esta limitação derivou da uma estimativa efetuada pelos serviços, sendo que, até à data, não se verificou necessidade de alterar estes parâmetros - maior número de deslocações ou maior quantidade recolhida. Referiu que o saneamento é pago, mas que de forma a compensar os munícipes que não têm acesso à rede de saneamento, o Município assegura o despejo das fossas, pagando posteriormente os correspondentes metros cúbicos entregues na ETAR. _____

O Sr. Mário Garcia continuou dizendo que a sua reclamação se prendia apenas com o facto da aparente gratuitidade na recolha das fossas estar limitada a uma determinada quantidade, pois se consumiu 160 m³/ano de água, no seu entender, deveria ter direito a mais metros cúbicos gratuitos na limpeza da fossa. _____

A Sra. Dona Isabel Murta Branco disse que, a verdadeira questão está na falta de uma rede de saneamento naquela localidade, pois o que realmente está a acontecer é que os munícipes de Chãos pagam todos os meses um serviço que não está disponível, razão pela qual, no seu entender, estão prejudicados em relação aos demais munícipes. Reiterou a questão: uma vez que o valor das tarifas de saneamento está indexado ao consumo de água, também deveria existir equivalência entre o que se consome de água e a quantidade limite fixada para o despejo de fossas - entendido com “compensatório” – 30m³/ano - que fica, de algum modo, aquém do desejável. Assim, deveria existir uma correspondência efetiva entre a água consumida e a quantidade de águas residuais recolhidas das fossas dos munícipes. _____

O Sr. Mário Garcia acrescentou que o consumo de água difere de pessoa para pessoa e que, consequentemente, também o limite estipulado para o serviço de limpeza de fossas deveria variar, pois todos nós, quer a sua localidade seja ou não servida por uma rede pública de saneamento, paga esse mesmo saneamento através da fatura da água. Prosseguiu a sua intervenção, dizendo não compreender como é que em pleno séc. XXI continuam a existir problemas com a eliminação dos resíduos sólidos urbanos e com a inexistência de redes públicas de saneamento básico. Referiu que cresceu em Lisboa e que, na sua meninice, mesmo nas zonas mais carenciadas, já existia uma rede de saneamento básico. De seguida perguntou como poderia ter acesso ao desenho da rede municipal de saneamento e de abastecimento de água. _____

Com a anuência do Sr. Presidente, a Chefe de Divisão da DOUA, Eng.^a Carla Duarte, disse

que o pedido podia ser efetuado junto dos serviços da Autarquia, nomeadamente, na Secção de Obras. _____

O Sr. Presidente, na sequência das palavras do Sr. Mário Garcia, disse que a questão do contentor para depósito dos resíduos sólidos na localidade de Chãos já foi resolvida, tendo estado presencialmente no local com os dois munícipes aqui intervenientes. No que concerne à questão do saneamento, disse que a situação havia sido explicada na reunião de Câmara em que os munícipes estiveram presentes expondo estas questões. Referiu, ainda, que há 70 anos não existia rede de saneamento em qualquer zona do Concelho e que os munícipes não podiam comparar a realidade do Concelho de Sobral de Monte Agraço à do Concelho de Lisboa, capital do País. _____

A Sra. Dona Isabel Murta Branco, na sequência de uma reclamação apresentada em junho de 2015, no sentido de ser ressarcida dos custos que suportou com o recurso a uma empresa privada após um serviço de limpeza de fossa prestado pela Autarquia em abril desse mesmo ano, informou que ainda não tinha recebido qualquer resposta. _____

O Sr. Presidente deu conhecimento que, a propósito dessa matéria, tinha efetuado despacho no sentido de que não fosse pago qualquer serviço adicional pela limpeza de fossa. Relativamente ao reembolso pretendido, referiu que já havia informado verbalmente a Sra. Dona Isabel Murta Branco de que não haveria lugar, por parte da Autarquia, ao reembolso do valor pago à empresa que procedeu ao desentupimento da infraestrutura instalada na sua propriedade, pois de acordo com a informação prestada pelos serviços não havia qualquer relação entre a limpeza da fossa e o entupimento da canalização. Ainda sobre o saneamento, referiu que, de facto, a localidade não era servida pela rede pública de saneamento básico e que a solução equacionada para o local tinha um custo muito elevado, pelo que, este projeto será considerado no âmbito dos demais projetos da Câmara Municipal. _____

A Sra. Dona Isabel Murta Branco reiterou que não está correto a existência de limites para a prestação do serviço de limpeza de fossa, pois os consumos de água não são proporcionais, as pessoas não gastam todas a mesma quantidade de água, umas gastam mais, outras menos. Quanto ao saneamento, disse que quando construiu a sua habitação, preparou-a de forma a que a fossa pudesse ser ligada à rede pública, procedimento que teve o seu custo e que até à presente data, sem que tenha qualquer culpa nisso, não foi possível concretizar. Por fim, disse que estava indignada perante toda esta situação, pois para além de não ter obtido qualquer resposta escrita à reclamação apresentada, recebeu uma nova fatura para pagamento do serviço de limpeza de fossa (da qual também já apresentou reclamação no mês anterior). Lamentou toda esta situação, dando conta do seu descontentamento. Lamentou, ainda, o facto da Autarquia não ter implementada uma cultura de resposta ao cidadão. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, a propósito desta matéria, referiu que a questão colocada pelos munícipes presentes era muito oportuna e que a mesma já tinha sido objeto de

uma análise por si efetuada aquando da aprovação do tarifário, pelo que, na sua opinião, parece haver alguma necessidade de rever o regulamento em vigor. Referiu, ainda, que para além do limite imposto para o serviço, o facto de não levar em conta o consumo, pode ser injusto para alguns munícipes. Quanto às respostas que são devidas aos munícipes, disse que este é um caso recorrente, pois não é a primeira vez que se verifica a falta de *feedback* da Autarquia, pelo que, em sua opinião, deveria ser dada uma maior atenção a este tipo de situação. _____

O Sr. Presidente, referindo-se à alegada falta de resposta às reclamações apresentadas, disse que os esclarecimentos podem não ter sido prestados por escrito, mas o certo é que as questões foram respondidas, tendo, inclusive, havido um encontro com os munícipes e representantes da Câmara no local, onde foram prestadas todas as explicações relativamente ao assunto em causa. No que concerne ao limite fixado para recolha das fossas sépticas, bem como, a questão dos resíduos sólidos que também são indexados ao consumo da água, reconhece que poderá existir alguma injustiça mas que, por enquanto, e no que se refere aos RSU's disse que não há outra forma de determinar a quantidade, salientando que é uma situação que, por mais que se tente, há sempre alguém penalizado. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz agradeceu a presença dos munícipes referindo que se solidarizava com o Sr. Presidente no que concerne à realização de uma limpeza de fossa sem qualquer repercussão para a munícipe tendo em conta a reclamação apresentada. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 19 horas e 35 minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

O Secretário: _____